



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 236/2023

Processo Licitatório nº: 16.614/2023

Processo de Recurso nº: 618/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 236/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (Hortifrutigranjeiro, Laticínios, Cereais Estocáveis e Carne) para atender a necessidade da Coord. de Saúde Mental (CAPS I, CAPS III, CAPS AD e Residências Terapêuticas), pelo período de 12 meses (doze meses)

RECORRENTE: MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRO

01. Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, por meio de seu representante legal, com esboço no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo **PREGOEIRO** da Comissão de Pregão II, no Edital do **Pregão Eletrônico nº 236/2023**.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

I. DAS PRELIMINARES

03. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências, tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

04. Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 236/2023 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

05. Às 10:00 horas do dia 08 de janeiro de 2024, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 01/01/2024, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 16.614/2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00236/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (Hortifrutigranjeiro, Laticínios, Cereais Estocáveis e Carne) para atender a necessidade da Coord. de Saúde Mental (CAPS i, CAPS III, CAPS AD e Residências Terapêuticas), pelo período de 12 meses (doze meses).. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

06. Após o Julgamento das Propostas e Habilitação sagrou-se vencedora do grupo 01 (Lote 01) do certame a empresa **44.558.285 MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO**.



Comissão de Pregão II

07. Às 14:54 do dia 08/01/2024 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 23.1 do Edital nº 236/2023;

08. Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

09. A empresa: **MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, apresentou o recurso para o único lote em 10/01/2023;

10. Não foram apresentadas contrarrazões, pela recorrida.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

11. Alega a **RECORRENTE**, em síntese, que:

a) A recorrente sucintamente alega que, *(i) que a empresa não apresentou o registo do produto “ovos”, nos termos do item 17.2.1 do edital, (ii) que o atestado de capacidade técnica não é compatível como o objeto licitado, (iii) que a empresa na condição de MEI não poderia ter se declarado na situação de ME/EPP na Declaração Unificada Anexo IV, (iv) que a recorrida não apresentou a proposta em papel timbrado, (v) que a empresa na condição de MEI foi dispensada de alvará sanitário.*

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

12. Requer a **RECORRENTE**, **sucintamente**, *“(…) que seja reavaliado o parecer técnico emitido por esta comissão que habilitou a empresa MAGDA PINHEIRO DASILVA ARAUJO, por não ter cumprido na íntegra o Edital de Licitação.”;*



Comissão de Pregão II

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

13. Não foram enviadas alegações em sede de contrarrazões, pela recorrida.

IV. DA ANÁLISE DO MÉRITO

14. **Quanto as alegações (i) que a empresa não apresentou o registro do produto “ovos”, nos termos do item 17.2.1 do edital**

15. O Edital do Pregão Eletrônico nº 236/2023 em seu subitem 17.2.1 traz que:

*17.2.1- O licitante vencedor deverá apresentar juntamente com a proposta o Certificado de Registro de Produtos no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., podendo também apresentar o espelho do registro do produto disponibilizado no site da ANVISA (**art. 12º da Lei Federal nº 6.360/1976;** art. 14º do Decreto Federal nº 79.094/1977), quando aplicável. **[grifei]***

17.2.2- Serão aceitos somente protocolos de revalidação caso tenham sido protocolados em até 06 (seis) meses antes do seu vencimento.

16. Conforme se extrai do referido subitem do instrumento convocatório temos que a Lei Federal nº 6.360/1976, supramencionada diz respeito a:

*“Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os **Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos**, e dá outras Providências. **[grifei]***



Comissão de Pregão II

Art. 12 - Nenhum dos produtos de que trata esta Lei, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde. [grifei]

17. Ocorre que por um erro material, durante a elaboração do instrumento convocatório, tal exigência, (Registro do Produto junto a ANVISA), que nada tem haver com o objeto da presente licitação, por equívoco, não foi suprimida do edital do pregão eletrônico nº 236/2023. Outrossim registramos ainda que nenhuma empresa manifestou pedido de esclarecimento ou impetrou pedido de Impugnação ao edital, quanto ao subitem mencionado. Assim tal exigência não pode ser cumprida pelas empresas participantes do objeto licitado não podendo desta forma ser exigida da recorrida ou qualquer licitante ser inabilitada por tais motivos.

Quanto a marca “TRADICIONAL” a empresa registrou como modelo a marca “KEKE”, a qual será incluída em Ata de Registro de Preços, não se configurando motivo para desclassificação de sua proposta como base no princípio do formalismo moderado.

18. Quanto as alegações (ii) que o atestado de capacidade técnica não é compatível como o objeto licitado

6.1 Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida. A documentação apresentada



Comissão de Pregão II

*deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição. **[grifei]***

19. Os atestados de capacidade técnicas, apresentados pela empresa fazem menção a entrega bem sucedida de **“gêneros alimentícios”**, não obstante não estarem explícitos os itens e as quantidades, o que em nosso entendimento atende ao objeto licitado, inclusive, hortifrutigranjeiros que também se configuram como gêneros alimentícios. Atestando, desta forma a qualificação-técnica da empresa para o objeto deste edital. Quanto as Notas Fiscais, informo que sua exigência, não possui previsão legal, sendo solicitadas, de forma complementar, apenas caso suscitem dúvidas quanto aos atestados apresentados, o que não é o caso. Destacamos ainda que os atestados utilizados (assinados), foram consultados no SICAF, e disponibilizado no sítio eletrônico desta prefeitura, assim como as demais documentações da empresa vencedora, antes da abertura do prazo de intenção de recurso, para verificação de todos os interessados.

20. Quanto a alegação que, **(iii) que a empresa na condição de MEI não poderia ter se declarado na situação de ME/EPP na Declaração Unificada Anexo IV.**

O Microempreendedor Individual, possui seu conceito no §1º do artigo 18-A da Lei Complementar 123/2006. O que diz a lei:

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI quem tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo, e seja empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), ou o empreendedor que exerça: (Redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021)



Comissão de Pregão II

21. Percebe-se que o MEI é um empresário individual, nos termos do artigo 966 do Código Civil Brasileiro. Existem outras formas de empresário individual previstas no Código Civil, mas estamos tratando aqui especificamente do MEI.

22. Importante destacar que Microempreendedor Individual pode participar nas compras públicas. O Estatuto da Micro e Pequena empresa (Lei 123/06) garante essa oportunidade e dá um tratamento diferenciado a esses empreendedores nas licitações.

23. Para fins de licitação o MEI é equiparado a ME/EPP, podendo inclusive assinalar no sistema de pregão eletrônico do Governo Federal, Compras.gov.br, a autodeclaração, para ostentar os direitos ao tratamento diferenciado durante a sessão de licitação.

24. Pelo exposto, entendo a recorrente não ter razões em suas alegações, quanto a este ponto, visto que há previsão editalícia e legal quanto ao tratamento favorecido para o Microempreendedor Individual – MEI.

25. Quanto a alegação (iv) que a recorrida não apresentou a proposta em papel timbrado 24.

26. O edital de licitação, dispõe na forma do seu Anexo III, do Modelo de Proposta de Preços, o qual foi devidamente utilizado pela recorrida, com o correto preenchimento dos dados, assinado e enviado via sistema. O fato de não ter sido enviado em papel timbrado, não altera sua validade, não sendo nem razoável exigir das empresas que participam das concorrências públicas a obrigatoriedade de possuir papel timbrado.

27. As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado. **Os índices calculados poderão ser solicitados como documento complementar pelo pregoeiro. (grifei)**



Comissão de Pregão II

28. Quanto a alegação (v) que a empresa na condição de MEI foi dispensada de alvará sanitário.

Conforme declaração constante do próprio Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, temos que:

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de

espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. (...)



Comissão de Pregão II

29. Os Microempreendedores Individuais (MEIs) estão dispensados da emissão do alvará de licença de funcionamento para o início de suas atividades de acordo com a Resolução nº 59/2020 do CGSIM, *in verbis*:

RESOLUÇÃO CGSIM Nº 59, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Art. 3º A Resolução nº 48, de 11 de outubro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O procedimento especial de registro, licenciamento, alteração, baixa, cancelamento, suspensão, anulação e legalização do MEI, por meio do Portal do Empreendedor, obedecerá ao disposto nesta Resolução, devendo ser observado pelos órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais responsáveis pelo registro, alteração, baixa e concessão de inscrições tributárias, alvarás e licenças de funcionamento **ou sua dispensa.**" (NR) [grifei]

30. Além disso a empresa apresentou através do SICAF declaração emitida pela Divisão de Vigilância e Fiscalização Sanitária de Nova Friburgo, dispensando o mesmo da licença exigida pelo edital, não tendo razão a recorrente quanto a este ponto. ´

V. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

31. Reputando todo o exposto na análise do mérito, que este Pregoeiro adota como fundamento para decidir, resta comprovado que NÃO ASSISTE RAZÃO à recorrente em suas alegações, motivo pelo qual deverá ser mantido o resultado anteriormente proferido.



Comissão de Pregão II

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

32. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 161/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, permanecendo o julgamento anteriormente proferido, mantendo habilitada a empresa **44.558.285 MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO**, no Pregão em comento.

33. Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 236/2023.

34. Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 29 de janeiro de 2024.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870